



Escola de Administração
Fazendária

CONCURSO PÚBLICO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
2003

Técnico da Receita Federal

P.2

INSTRUÇÕES

Nome: _____ Nº Inscrição: _____

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS não será substituído e deve ser assinado no seu verso.
- 3 - **DURAÇÃO DA PROVA: 4h30min**, incluído o tempo para preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 4 - Neste caderno, as questões estão numeradas de **01 a 70**, seguindo-se a cada uma 5 (cinco) opções (respostas), precedidas das letras **a, b, c, d e e**.
- 5 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), **toda a área correspondente à opção de sua escolha**, sem ultrapassar seus limites.
- 6 - Não amasse nem dobre o CARTÃO DE RESPOSTAS; evite usar borracha.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois qualquer reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão não será aceita depois de iniciada a prova.
- 9 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 10 - Por motivo de segurança, somente durante os **trinta minutos que antecedem o término da prova**, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.9 do edital.
- 11 - Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12 - Este caderno de prova está assim constituído:

Disciplinas	Questões	Peso
Contabilidade Geral	01 a 10	2
Direito Tributário e Legislação Tributária	11 a 40	
Direito Constitucional e Administrativo	41 a 60	
Organização Básica e Funcionamento do MF e da SRF	61 a 70	

Boa Prova !

CONTABILIDADE GERAL

01- Com relação aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, assinale a opção incorreta.

- a) O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior, para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o Patrimônio Líquido.
- b) O Princípio da PRUDÊNCIA impõe a escolha da hipótese de que resulte menor Patrimônio Líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais Princípios Fundamentais de Contabilidade.
- c) O Princípio da PRUDÊNCIA somente se aplica às mutações posteriores, constituindo-se ordenamento indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA.
- d) A aplicação do Princípio da PRUDÊNCIA ganha ênfase quando, para definição dos valores relativos às variações patrimoniais, devem ser feitas estimativas que envolvem incertezas de grau variável.
- e) O Princípio da PRUDÊNCIA refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que originaram o registro.

02- A empresa Primavera Ltda., no encerramento do exercício de 2002, obteve as seguintes informações, conforme segue:

	Valores em R\$
Adiantamento a Fornecedores	1.000,00
Adiantamento de Clientes	2.000,00
Ativo Imobilizado	20.000,00
Capital Social	29.000,00
Contas a Pagar	40.000,00
Depreciação Acumulada	2.000,00
Despesas Antecipadas	1.000,00
Disponibilidades	1.000,00
Duplicatas a Receber	30.000,00
Estoques	20.000,00
Realizável a Longo Prazo	2.000,00
Reserva Legal	2.000,00

Assinale a opção correta, que corresponde ao valor do Ativo que estará presente no Balanço Patrimonial.

- a) R\$ 71.000,00
- b) R\$ 72.000,00
- c) R\$ 73.000,00
- d) R\$ 74.000,00
- e) R\$ 75.000,00

03- A empresa Internacional S/A., no encerramento do exercício de 2002, obteve as seguintes informações, conforme segue:

	Valores em R\$
Adiantamento a Fornecedores	15.000,00
Ativo Imobilizado	1.300.000,00
Contas a Pagar	1.100.000,00
Disponibilidades	150.000,00
Duplicatas a Receber	1.200.000,00
Empréstimos	1.000.000,00
Estoques	850.000,00
Lucros Acumulados	200.000,00
Reserva Legal	10.000,00

Na elaboração do Balanço Patrimonial da empresa, os valores do Patrimônio Líquido e do Capital Social Integralizado serão:

	Valores em R\$	
	Patrimônio Líquido	Capital Social Integralizado
a)	1.400.000,00	1.190.000,00
b)	1.400.000,00	1.205.000,00
c)	1.415.000,00	1.205.000,00
d)	1.415.000,00	1.225.000,00
e)	1.425.000,00	1.225.000,00

04- A Companhia Tríplice, no encerramento do exercício de 2002, obteve as seguintes informações, conforme segue:

	Valores em R\$
Lucro Bruto	90.000,00
Lucro Operacional	70.000,00
Receitas Financeiras	2.000,00
Despesas Financeiras	10.000,00
Participação dos empregados	7.000,00
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	15.000,00

Assinale a opção correta, que contém o valor da Reserva Legal que deverá ser constituída, considerando que o saldo final da Reserva terá um percentual inferior ao limite legal.

- a) R\$ 1.400,00
- b) R\$ 1.800,00
- c) R\$ 2.200,00
- d) R\$ 2.400,00
- e) R\$ 2.800,00

05- A empresa Espera Ltda. determinou ao Banco do Brasil que protestasse um título, que estava em seu poder para cobrança, no valor de R\$ 25.000,00; não suficiente, enviou esforços judiciais sem sucesso. A venda que originou o título havia acontecido no exercício anterior. Ao final do exercício anterior, a empresa possuía o seguinte Balanço Patrimonial:

	Valores em R\$
ATIVO	
Ativo Circulante	330.000,00
Disponibilidades	10.000,00
Caixa e Bancos	10.000,00
Realizável a Curto Prazo	320.000,00
Duplicatas a Receber	200.000,00
Devedores Duvidosos	-30.000,00
Estoques	150.000,00
Ativo Permanente	180.000,00
Imobilizado	200.000,00
Depreciação acumulada	-20.000,00
Ativo Total	510.000,00
PASSIVO	
Passivo Circulante	220.000,00
Fornecedores	220.000,00
Patrimônio Líquido	290.000,00
Capital Social	200.000,00
Reserva Legal	10.000,00
Lucros Acumulados	80.000,00
Total do Passivo	510.000,00

Assinale a opção em que o registro contábil da operação, de baixa do título, está correto.

Contas	Valores em R\$	
	Débito	Crédito
a) Despesas com Títulos Incobráveis a Duplicatas Descontadas	25.000,00	25.000,00
b) Devedores Duvidosos a Duplicatas a Receber	25.000,00	25.000,00
c) Despesas com Títulos Incobráveis a Duplicatas a Receber	25.000,00	25.000,00
d) Ajuste de Exercícios Anteriores a Duplicatas a Receber	25.000,00	25.000,00
e) Despesas com Títulos Incobráveis a Bancos Conta Movimento	25.000,00	25.000,00

Rascunho

06- A Companhia Delta, no encerramento do exercício de 2002, obteve as seguintes informações, conforme segue:

	Valores em R\$
Capital Social	1.000.000,00
Financiamentos	50.000,00
Lucro Antes do Imposto de Renda	300.000,00
Prejuízos Acumulados	70.000,00
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	90.000,00

Estatutariamente as participações no resultado são: empregados 10%; administradores 10%. Assinale o valor do Lucro Líquido do Exercício.

Lucro Líquido do Exercício

Valores em R\$

- a) 183.400,00
- b) 170.100,00
- c) 168.000,00
- d) 153.000,00
- e) 150.000,00

07- A empresa Comercial Luna Ltda. descontou uma duplicata em 01.07.03, pelo prazo de 25 dias, no valor de R\$ 1.000,00. O Banco deduziu do valor a importância de R\$ 50,00, referentes a Despesas Financeiras. Assinale a opção em que o registro contábil da operação está correto.

Valores em R\$

- a) Diversos
 - a Duplicatas a Receber 1.000,00
 - Bancos Conta Movimento 950,00
 - Despesas Financeiras 50,00
- b) Diversos
 - a Duplicatas Descontadas 1.000,00
 - Bancos Conta Movimento 950,00
 - Despesas Financeiras 50,00
- c) Duplicatas a Receber 1.000,00
 - a Diversos
 - a Bancos Conta Movimento 950,00
 - a Despesas Financeiras 50,00
- d) Duplicatas Descontadas 1.000,00
 - a Diversos
 - a Bancos Conta Movimento 950,00
 - a Despesas Financeiras 50,00

- e) Bancos Conta Movimento 1.000,00
 - a Diversos
 - a Duplicatas a Receber 950,00
 - a Despesas Financeiras 50,00

08- No dia 02 de janeiro de 2003, a empresa Participa S.A. adquiriu 80% do capital da empresa Construção Ltda., tomando o seu controle com intenção de permanência, pelo valor de R\$ 90.000,00.

Construção Ltda.	
Balanço de 30 de Novembro de 2002	
	Valores em R\$
Capital Social	50.000,00
Reserva de Capital	2.000,00
Reserva Legal	1.000,00
Lucro Líquido do Exercício (janeiro a novembro de 2002)	7.000,00

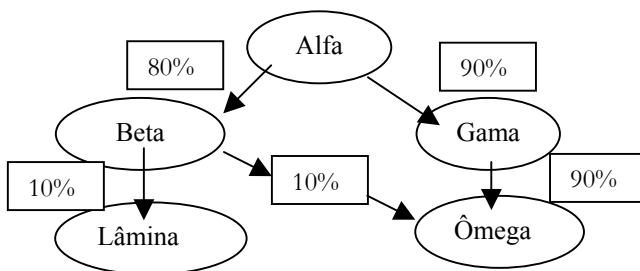
Com base nos dados da empresa Construção Ltda., acima, assinale o lançamento que corresponde a este fato contábil.

- | Contas | Valores em R\$ | |
|--|----------------|-----------|
| | Débito | Crédito |
| a) Carteira de Ações (Realizável LP) | 90.000,00 | |
| a Bancos Conta Movimento | | 90.000,00 |
| b) Diversos | | |
| a Bancos Conta Movimento | | 90.000,00 |
| a Investimentos Avaliados pelo PL – Construção Ltda. | 48.000,00 | |
| Investimentos - Ágio - Construção Ltda. | 42.000,00 | |
| c) Diversos | | |
| a Bancos Conta Movimento | | 90.000,00 |
| Investimentos Avaliados pelo PL - Construção Ltda. | 40.000,00 | |
| Investimentos - Ágio - Construção Ltda. | 50.000,00 | |
| d) Investimento em Ações | 90.000,00 | |
| a Bancos Conta Movimento | | 90.000,00 |
| e) Bancos Conta Movimento | 90.000,00 | |
| a Diversos | | |
| a Investimentos Avaliados pelo PL – Construção Ltda. | | 40.000,00 |
| a Investimentos - Ágio - Construção Ltda. | | 50.000,00 |

09- Com relação às peças que compõem as Demonstrações Financeiras, assinale a opção correta.

- A Demonstração do Resultado do Exercício evidencia a modificação ocorrida na posição financeira da empresa.
- Na demonstração de lucros ou prejuízos acumulados estarão presentes todos os elementos da competência do período.
- A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos tem a função de apurar o resultado não-operacional da empresa.
- No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.
- O Fluxo de Caixa tornou-se peça obrigatória das Demonstrações Financeiras, com a promulgação da Lei 10.303/01.

10- Em cada círculo está inscrito o nome de uma empresa. A seta indica participação de uma empresa no capital de outra. No retângulo está o percentual de cada participação.



Assinale a opção correta.

- A empresa Alfa controla indiretamente a empresa Ômega.
- A empresa Alfa controla indiretamente a empresa Lâmina.
- A empresa Beta controla a empresa Lâmina.
- A empresa Beta controla a empresa Ômega.
- A empresa Gama controla a empresa Beta.

DIREITO TRIBUTÁRIO

11- Assinale a opção correta.

- a) O sistema tributário nacional é regido pelo disposto na Constituição Federal de 1988, em leis complementares, em resoluções do Congresso Nacional e, nos limites das respectivas competências, em leis federais, nas Constituições e em leis estaduais, e em leis municipais.
- b) O sistema tributário federal é regido pelo disposto na Constituição Federal de 1988, em leis complementares, em resoluções do Congresso Nacional e, nos limites das respectivas competências, em leis federais, nas Constituições e em leis estaduais, e em leis municipais.
- c) O sistema tributário nacional é regido pelo disposto na Constituição Federal de 1988, em leis complementares, em resoluções do Senado e, nos limites das respectivas competências, em leis federais, nas Constituições e em leis estaduais, e em leis municipais.
- d) O sistema tributário federal é regido pelo disposto na Constituição Federal de 1988, em leis complementares, em resoluções do Senado e, nos limites das respectivas competências, pela legislação tributária federal, estadual, e pelas leis municipais.
- e) O sistema tributário nacional é regido pelo disposto na Constituição Federal de 1988, em leis complementares, e, nos limites das respectivas competências, em leis federais, em resoluções do Senado, nas Constituições, em leis estaduais e em resoluções do CONFAZ e em leis municipais.

12- Avalie a correção das afirmações abaixo e atribua a letra **V** para as verdadeiras e **F** para as falsas. Em seguida, marque a opção que contenha a sequência correta.

A concessão de subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, crédito presumido, anistia ou remissão relativos a impostos, taxas ou contribuições

- () depende de lei complementar específica, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição;
- () depende de lei federal, estadual ou municipal, não constituindo limitação constitucional do poder de tributar;
- () depende de lei federal, estadual ou municipal específica, sendo uma limitação do poder de tributar.

- a) V, V, F
- b) V, F, F
- c) F, F, F
- d) F, F, V
- e) F, V, V

13- Assinale a opção correta.

- a) A Constituição Federal de 1988 impede que o Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza incida sobre as diárias e ajudas de custo pagas pela União, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- b) O parcelamento suspende a exigibilidade das obrigações acessórias do crédito tributário e impede lançamentos de tributos e penalidades relacionados com as suas obrigações principais e acessórias.
- c) O Imposto sobre Produtos Industrializados não incide sobre produtos industrializados destinados ao exterior, excluídos os semi-industrializados definidos em lei complementar.
- d) O Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza não pode incidir sobre receita ou rendimento oriundo do exterior, cabendo à lei estabelecer as condições e o momento em que se dará sua disponibilidade.
- e) Podem ser instituídos impostos federais, estaduais ou municipais sobre o patrimônio, a renda e os serviços não relacionados com as finalidades essenciais dos partidos políticos e de suas fundações.

14- Assinale a opção incorreta.

- a) Os atos normativos, as decisões dos órgãos de jurisdição administrativa com eficácia normativa, os convênios e os decretos são normas complementares das leis, tratados e convenções internacionais que versem sobre tributos.
- b) Os tributos não podem ser cobrados no mesmo exercício financeiro em que foi publicado o ato legal que os criou ou majorou, com exceção de alguns impostos, entrando em vigor no primeiro dia do exercício seguinte ao de sua publicação os dispositivos de lei que criam ou majoram impostos sobre o patrimônio ou a renda.
- c) As leis tributárias não podem alterar a definição, o conteúdo e o alcance de conceitos, institutos e formas de direito privado, utilizados para definir ou limitar competências tributárias, expressa ou implicitamente.
- d) Cada uma das pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal responde por todo o débito tributário, aproveitando aos demais o pagamento que for feito.
- e) O Código Tributário Nacional diz o que se considera domicílio tributário, podendo a autoridade administrativa recusar o domicílio tributário escolhido pelo contribuinte quando dificulte ou impossibilite a arrecadação ou fiscalização.

15- Verifique os quadros abaixo e relacione cada uma das alíneas do primeiro quadro com uma das opções do segundo. Assinale, a seguir, a opção correta.

V.	a moratória, concedida por lei em caráter geral ou concedida em caráter individual, com base em lei autorizativa.
W.	a remissão.
X.	a consignação em pagamento, julgada procedente.
Y.	a anistia concedida em caráter geral ou limitadamente.
Z.	a conversão do depósito do montante integral do crédito em renda.

1. Suspende a exigibilidade do crédito tributário
2. Extingue o crédito tributário
3. Exclui o crédito tributário

- a) V2 W3 X1 Y2 Z4
- b) V1 W2 X2 Y3 Z2
- c) V2 W2 X2 Y2 Z3
- d) V3 W1 X3 Y3 Z1
- e) V1 W3 X1 Y1 Z2

16- Assinale a opção incorreta.

Tem o mesmo efeito de certidão negativa, a certidão de que conste a existência de crédito tributário

- a) em curso de cobrança executiva em que tenham sido oferecidos bens à penhora.
- b) ao qual tenha sido concedida moratória ou objeto de parcelamento.
- c) não vencido ou cujo montante integral tenha sido depositado.
- d) cuja exigibilidade esteja suspensa.
- e) objeto de medida liminar ou de tutela antecipada.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

LEGISLAÇÃO DO IPI

17- Para ser caracterizado como tal, o estabelecimento industrial deve

- a) estar estabelecido em local apropriado, ou seja, na área industrial do município.
- b) exercer uma, ou mais, das operações a seguir: transformação, beneficiamento, montagem, acondicionamento ou recondicionamento e renovação ou restauração, e que destas operações resulte produto tributado, ainda que de alíquota zero.
- c) revender produtos industrializados por terceiros, na condição de estabelecimento atacadista.
- d) somente elaborar produtos com alíquota do IPI superior a 0% (zero por cento).
- e) importar produtos industrializados diretamente do exterior e dê saída a tais produtos.

18- Considera-se ocorrido o fato gerador do IPI, quando:

- a) ocorrer a venda do produto industrializado por intermédio de ambulante.
- b) acontecer a revenda de produtos industrializados sem qualquer operação de recondicionamento ou renovação.
- c) ocorrer a saída do cliente do bar que elabora, em seu estabelecimento, a cerveja.
- d) houver a emissão da competente nota-fiscal, que registra o fato, o valor e, especialmente, o imposto devido.
- e) o produto, que tiver saído do estabelecimento industrial com o fim específico de exportação, for revendido no mercado interno, no momento da efetivação da venda.

19- O IPI, de acordo com a Constituição Federal, deve atender a dois princípios:

- a) não-cumulatividade e progressividade, em função de o produto ser considerado supérfluo.
- b) diferenciação de alíquotas, em função dos títulos dos capítulos e posição, e a não-cumulatividade.
- c) não-cumulatividade e superficialidade.
- d) seletividade, em função da essencialidade do produto, e a cumulatividade.
- e) seletividade, em função da essencialidade do produto, e a não-cumulatividade.

20- Poderão sair com suspensão do imposto, os produtos elaborados pelos estabelecimentos industriais e destinados a:

- a) estabelecimento filial varejista.
- b) estabelecimentos atacadistas.
- c) estabelecimento filial atacadista.
- d) demonstração ao interessado, o qual poderá devolver o produto caso a venda não se concretize.
- e) venda por meio do comércio eletrônico.

LEGISLAÇÃO ADUANEIRA

21- Avalie a correção das afirmações abaixo. Assinale com a letra **V** as verdadeiras e com a letra **F** as falsas. Em seguida, marque a opção que contenha a seqüência correta.

- () Pode ser autorizada, justificadamente, por ato conjunto da SRF e do Ministério dos Transportes, a entrada de veículos procedentes do exterior por local não alfandegado.
- () As operações de carga de veículo procedente do exterior somente podem ser executadas depois de formalizada sua entrada no País.
- () Podem ser colocados na proximidade de veículo destinado ao exterior os veículos de repartição pública, de guerra ou destinados à prestação de socorro.
- () Os veículos que transportem chefes de Estado e os veículos militares não estão sujeitos ao controle aduaneiro.
- () O veículo garantirá os débitos fiscais decorrentes de multas aplicadas pelas autoridades aduaneiras ao seu condutor ou ao transportador.

- a) F, V, F, F, V
- b) F, F, V, F, F
- c) V, F, V, F, F
- d) V, V, F, V, F
- e) F, F, V, V, V

22- Não haverá incidência do Imposto de Importação nas seguintes situações, exceto:

- a) devolução de dois aparelhos de ultrasonografia nacionalizados, por motivo de defeito técnico e que retornaram ao País para substituição.
- b) retorno ao País de veículo de fabricação nacional, adquirido no mercado interno, por empresa nacional de engenharia e exportado para execução de obra contratada no exterior.
- c) retorno ao Brasil de peças de artesanato, sob a alegação de que não correspondia à amostra apresentada ao importador estrangeiro pelo representante da cooperativa de artesãos.
- d) retorno ao País de produtos nacionais, enviados em consignação e não vendidos, imediatamente após o término do prazo autorizado.
- e) redesignação ou devolução para o exterior de mercadoria estrangeira, corretamente descrita e cujo erro de expedição foi comprovado.

23- Verifique a correção dos itens abaixo em relação à bagagem. Atribua a letra **S** para as opções que se apliquem à tributação de bens conceituados como bagagem e **N** para as opções que não se apliquem a essa tributação. Em seguida, marque a opção que contenha a seqüência correta.

- V) imposto de importação calculado à alíquota de 50%, pelo Regime de Tributação Especial.
- X) imposto de importação calculado à alíquota de 60%, pelo Regime de Tributação Simplificada.
- Y) limite de isenção de US\$150.00 ou de US\$500.00.
- Z) isenção para bens de até US\$50.00, enviados, como presente, por pessoas físicas para pessoas físicas.

- a) VS XN YS ZN
- b) VS XS YS ZN
- c) VN XN YN ZS
- d) VS XN YN ZN
- e) VN XS YN ZN

24- Observe os quadros abaixo e relacione cada uma das alíneas do primeiro quadro com as do segundo. Atente para a possibilidade de haver mais de uma vinculação possível, isto é, mais de uma alínea estar vinculada a um numeral.

V)	entidades privadas e técnicos, especializados, credenciados para identificação e quantificação de mercadorias;
W)	representante do importador no despacho aduaneiro;
X)	pode ser beneficiário do regime de trânsito aduaneiro;
Y)	avaliador de equipamentos de segurança e de sistemas informatizados e emitente de laudos sobre o estado e o valor residual de bens;
Z)	agentes previamente credenciados para a ova ou desova de contêineres.

1)	Operador de transporte multimodal.
2)	Despachante aduaneiro.
3)	Assistente técnico.
4)	Agente de unitização e desunitização de carga.

A opção que contém as vinculações corretas é:

- a) V3 W3 X4 Y2 Z2
b) V2 W1 X3 Y4 Z3
c) V3 W2 X1 Y3 Z4
d) V1 W2 X4 Y3 Z3
e) V4 W4 X3 Y1 Z4

25- Assinale a opção correta. O regime de entreposto industrial

- a) foi extinto, devendo o beneficiário de regime vigente adotar as providências para a sua extinção, no prazo de 180 dias da publicação do novo Regulamento Aduaneiro (Decreto 4.543/2002, com as alterações do Decreto 4.765/2003), após o qual os bens deverão ser reexportados, sob pena de perdimento.
b) foi extinto, devendo o beneficiário de regime vigente adotar as providências para a sua extinção, até 30 de abril de 2004, após o qual os bens deverão ser reexportados, transferidos para outro regime aduaneiro ou ficarão sujeitos à pena de perdimento.

- c) foi extinto, devendo o beneficiário de regime vigente adotar as providências para a sua extinção, até 30 de abril de 2004, sob pena de pagamento dos tributos suspensos e das penalidades cabíveis.
d) passou a funcionar somente sob controle aduaneiro informatizado (RECOF), devendo o beneficiário de regime vigente adotar as providências para a sua extinção, no prazo de 180 dias da publicação do novo Regulamento Aduaneiro (Decreto 4.543/2002, com as alterações do Decreto 4.765/2003), sob pena de os bens serem considerados abandonados.
e) passou a funcionar somente sob controle aduaneiro informatizado (RECOF), devendo o beneficiário adotar as providências para a sua extinção, até o dia 30 de abril de 2004, sob pena de pagamento dos tributos suspensos e das penalidades cabíveis.

26- Assinale a opção correta.

- a) No Brasil, o valor aduaneiro inclui as importâncias pagas pelo frete e pelo prêmio do seguro, sendo a base de cálculo do Imposto de Importação o valor CIF (Cost, Insurance and Freight).
b) As mercadorias são admitidas em regime aduaneiro especial pelo valor declarado, podendo a autoridade aduaneira adotar os procedimentos para fins de valoração nas hipóteses de extinção do regime, exigindo os tributos com base na diferença de valor.
c) O custo do transporte será incluído na determinação do valor aduaneiro, tomando-se por base os custos normalmente incorridos na modalidade de transporte utilizada, para o mesmo percurso, quando o transporte for gratuito ou executado pelo próprio importador.
d) Os juros devidos em razão de contrato de financiamento não são considerados como parte do valor aduaneiro.
e) O valor aduaneiro será apurado mediante a aplicação de método substitutivo ao valor de transação, quando não for possível a apuração do preço efetivamente praticado na importação, por fraude, sonegação ou conluio, se o importador conservar em perfeita ordem e apresentar à fiscalização os documentos relativos à transação comercial.

27- Assinale a opção correta.

As lojas francas estão autorizadas a efetuar venda de mercadorias nacionais ou estrangeiras em portos e aeroportos alfandegados, a:

- a) passageiros em viagem internacional, cujo pagamento deve ser efetuado em moeda estrangeira conversível, em espécie, cheque de viagem ou cartão de crédito, sujeitas as vendas ao limite de valor de US\$300.00 (Norma de Bagagem do Mercosul) e a limites quantitativos para determinados produtos; a passageiros e tripulantes, em viagem internacional de partida, cujo pagamento deve ser efetuado em moeda estrangeira conversível, em espécie, cheque de viagem ou cartão de crédito, em venda única e objeto de nota de venda única; a empresas de navegação aérea ou marítima, visando o consumo de bordo, em viagens internacionais, ou a venda a passageiro; a missões diplomáticas e a seus integrantes e assemelhados.
- b) passageiros em viagem internacional, cujo pagamento deve ser efetuado em moeda estrangeira conversível, em espécie, cheque de viagem ou cartão de crédito, sujeitas as vendas ao limite de valor de US\$500.00 e a limites quantitativos para determinados produtos, em venda única e objeto de nota de venda única; a passageiros e tripulantes, em viagem internacional de partida, cujo pagamento deve ser efetuado em moeda estrangeira conversível, em espécie, cheque de viagem ou cartão de crédito, em venda única e objeto de nota de venda única; a empresas de navegação aérea ou marítima, em viagens internacionais, visando o consumo de bordo ou a venda a passageiro, quando em águas ou espaço aéreo internacionais; a missões diplomáticas e a seus integrantes e assemelhados.
- c) passageiros em viagem internacional, cujo pagamento deve ser efetuado em moeda estrangeira conversível, cheque, cheque de viagem ou cartão de crédito, sujeitas as vendas ao limite de valor de US\$500.00 e a limites quantitativos para determinados produtos; a passageiros e tripulantes, em viagem internacional de partida, em venda única e objeto de nota de venda única; a empresas de navegação aérea ou marítima, visando o consumo de bordo ou a venda a passageiro, em viagens internacionais, cujo pagamento deve ser efetuado em moeda estrangeira conversível, em espécie, cheque de viagem ou cartão de crédito; a missões diplomáticas e a seus integrantes e assemelhados.
- d) passageiros em viagem internacional, cujo pagamento deve ser efetuado em moeda estrangeira conversível, cheque, cheque de viagem ou cartão de crédito, sujeitas as vendas ao limite de valor de US\$300.00 (Norma de Bagagem do Mercosul) e a limites quantitativos para determinados produtos, em venda única e objeto de nota de venda única; a passageiros e tripulantes, em viagem internacional de partida, em venda única e objeto de nota de venda única; a empresas de navegação aérea ou marítima, visando o consumo de bordo ou a venda a passageiro, em viagens internacionais; a missões diplomáticas e a seus integrantes e assemelhados.
- e) passageiros e tripulantes em viagem internacional, cujo pagamento deve ser efetuado em moeda estrangeira conversível, cheque, cheque de viagem ou cartão de crédito, sujeitas as vendas ao limite de valor de US\$500.00 e a limites quantitativos para determinados produtos; a passageiros em viagem internacional de partida, em venda única e objeto de nota de venda única; a empresas de navegação aérea ou marítima, em viagens internacionais, visando o consumo de bordo ou a venda a passageiro, fora do território aduaneiro; a missões diplomáticas e a seus integrantes e assemelhados.

28- Assinale a opção correta.

- a) O Imposto de Exportação incide sobre mercadorias nacionais ou nacionalizadas, relacionadas em lei complementar, tendo como fato gerador sua saída do território aduaneiro, que se considera ocorrida na data de registro da exportação no Siscomex; sua base de cálculo é o preço normal ou o preço apurado segundo critérios específicos fixados ou pauta de valor mínimo estabelecida pela CAMEX (Câmara de Comércio Exterior); a alíquota é de 30%, podendo ser elevada, pela CAMEX, para até 150%; o prazo de pagamento é fixado pelo Ministro da Fazenda.
- b) O Imposto de Exportação incide sobre mercadorias nacionais ou nacionalizadas, relacionadas pela CAMEX, tendo como fato gerador sua saída do território aduaneiro, que se considera ocorrida na data de registro da exportação no Siscomex; sua base de cálculo é o preço normal ou o preço apurado segundo critérios específicos fixados ou pauta de valor mínimo estabelecida pela CAMEX; a alíquota é de 30%, podendo ser elevada, pela CAMEX, para até 150%; o prazo de pagamento é fixado pela CAMEX.
- c) O Imposto de Exportação incide sobre mercadorias nacionais ou nacionalizadas, relacionadas pela CAMEX, tendo como fato gerador sua saída do território aduaneiro, que se considera ocorrida na data de registro da exportação no Siscomex; sua base de cálculo é o preço normal ou o preço apurado segundo critérios específicos fixados ou pauta de valor mínimo estabelecida pela CAMEX; a alíquota é de 30%, podendo ser elevada, pelo Ministro da Fazenda, para até 150%; o prazo de pagamento é fixado pela CAMEX.
- d) O Imposto de Exportação incide sobre mercadorias nacionais ou nacionalizadas, relacionadas pela CAMEX, tendo como fato gerador sua saída do território aduaneiro, que se considera ocorrida na data de registro da exportação no Siscomex; sua base de cálculo é o preço normal ou o preço apurado segundo critérios específicos fixados ou pauta de valor mínimo estabelecida pela CAMEX; a alíquota é de 30%, podendo ser elevada, pela CAMEX, para até 150%; o prazo de pagamento é fixado pelo Ministro da Fazenda.

- e) O Imposto de Exportação incide sobre mercadorias nacionais ou nacionalizadas, relacionadas em lei complementar, tendo como fato gerador sua saída do território aduaneiro, que se considera ocorrida na data de registro da exportação no Siscomex; sua base de cálculo é o preço normal ou o preço apurado segundo critérios específicos fixados ou pauta de valor mínimo estabelecida pela CAMEX; a alíquota é de 30%, podendo ser elevada, pela CAMEX, para até 150%; o prazo de pagamento é fixado pelo Ministro da Fazenda, *ad referendum* da CAMEX.

LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA

- 29- Para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, em janeiro do ano de 200X, o Congresso Nacional aprovou uma lei complementar que instituiu um imposto de renda adicional, à alíquota de 5%, a ser cobrado imediatamente, incidente sobre quaisquer rendimentos de pessoas físicas. Esse imposto, cobrado de forma definitiva (o que significa que não é deduzido do imposto apurado na declaração anual de rendimentos), não exclui a incidência do imposto de renda segundo a tabela progressiva.

Considerando a situação descrita, assinale as proposições abaixo com **F** para falsa ou **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a seqüência correta.

- () A lei em questão não atende o critério da progressividade.
- () Dada a situação de urgência e excepcionalidade, o Congresso pode editar uma lei nessas condições, sem observar o princípio da anterioridade.
- () A lei em questão está informada pelos critérios da generalidade, da universalidade e da seletividade.

- a) F, F, V
- b) V, V, F
- c) F, V, F
- d) V, F, V
- e) V, F, F

30- Assinale as proposições abaixo com **F** para falsa ou **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a seqüência correta.

- () O critério da progressividade do imposto de renda está sintonizado com a capacidade econômica do contribuinte e observa o caráter pessoal previsto na Constituição.
- () O princípio constitucional da anterioridade significa que a lei tributária não se aplica aos fatos geradores anteriores à sua publicação.
- () Em atendimento às normas constitucionais relativas aos impostos de competência da União, para fins de incidência do imposto de renda, devem ser deduzidos da renda recebida todos os valores pagos, necessários à sua percepção, atendendo-se, assim, o princípio da não-cumulatividade.

- a) V, F, V
- b) V, V, F
- c) F, V, V
- d) V, F, F
- e) F, F, V

31- De acordo com a Lei 10.637/2002, o imposto de renda devido na declaração de rendimentos das pessoas físicas deve ser calculado mediante utilização da seguinte tabela:

Base de cálculo em R\$	Alíquota (%)	Parcela a deduzir
Até 12.696,00	-	-
De 12.696,01 a 25.380,00	15	1.904,40
Acima de 25.380,00	27,5	5.076,90

Sabe-se que, de acordo com a lei, essa foi a tabela utilizada para cálculo do imposto devido na declaração apresentada em 2003, relativa ao ano-calendário de 2002.

Suponha que em 10 de dezembro de 2003 seja publicada uma lei com a seguinte redação:

Art. 1º O imposto de renda devido na declaração de rendimentos das pessoas físicas deve ser calculado mediante utilização da seguinte tabela:

Base de cálculo em R\$	Alíquota (%)	Parcela a deduzir
Até 10.000,00	-	-
De 10.000,01 a 20.000,00	15	1.500,00
De 20.000,01 a 30.000,00	20	2.500,00
Acima de 30.000,00	30	5.500,00

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As informações a respeito do contribuinte João da Silva são as seguintes:

Ano-calendário de 2003

Rendimentos do trabalho assalariado	R\$ 60.000,00
Contribuição para a Previdência Social da União	R\$ 6.600,00
Despesas de locomoção, escrituradas em Livro Caixa	R\$ 2.500,00
Despesas médicas	R\$ 3.400,00
Despesas com aluguel	R\$ 3.720,00

Isto posto, assinale a seguir a opção que indica corretamente o valor do imposto de renda devido na declaração de João da Silva, relativa ao ano-calendário de 2003 (data de entrega, até 30/04/2004)

- a) R\$ 9.500,00
- b) R\$ 8.750,00
- c) R\$ 8.673,10
- d) R\$ 6.962,60
- e) R\$ 7.634,00

32- Assinale as proposições abaixo com **F** para falsa ou **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a seqüência correta.

- () O fato gerador do imposto sobre a renda é a aquisição, de fonte situada no Brasil, da disponibilidade econômica ou jurídica de renda ou de proventos de qualquer natureza.
- () A fonte pagadora da renda ou dos proventos tributáveis pode ser contribuinte do imposto sobre as importâncias que a esse título pagar, desde que a lei assim o determine.
- () São contribuintes do imposto de renda todas as pessoas jurídicas domiciliadas no País, sejam quais forem seus fins, nacionalidade ou participantes no capital.
- () Os períodos-base de apuração do imposto de renda de pessoa jurídica são trimestrais, sendo que, no caso de lucro real, o contribuinte pode apurar o imposto anualmente, pagando mensalmente o imposto sobre bases estimadas.
- () De acordo com a legislação em vigor, são formas de tributação pelo imposto de renda das pessoas jurídicas, a tributação pelo lucro real, a tributação pelo lucro presumido e a tributação pelo lucro arbitrado, podendo o contribuinte livremente optar por uma das duas primeiras, sendo a tributação pelo lucro arbitrado privativa do fisco.

- a) F, F, F, V, F
- b) V, V, F, F, V
- c) F, V, F, F, V
- d) V, F, V, V, F
- e) F, F, F, F, V

33- Assinale as proposições abaixo com **F** para falsa ou **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a seqüência correta.

- () Os rendimentos relativos a aluguel de imóvel situado em Paris, pagos por pessoa física de nacionalidade francesa, residente e domiciliada na França, a brasileiro residente e domiciliado no Brasil, não estão sujeitos à tributação pelo imposto de renda no Brasil (suponha a inexistência de tratado internacional regulando o assunto).
- () São tributáveis os valores recebidos a título de alimentos, em cumprimento de decisão judicial.

- () Os rendimentos relativos a aluguel de imóvel situado em Brasília, pagos a pessoa física de nacionalidade francesa, residente e domiciliada no Brasil em caráter permanente, por pessoa física de nacionalidade brasileira, residente e domiciliada em Paris, não estão sujeitos à tributação pelo imposto de renda no Brasil (suponha a inexistência de tratado internacional regulando o assunto).
 - () São isentos do imposto de renda os valores recebidos por deficiente mental a título de pensão.
 - () São isentos do imposto de renda os rendimentos provenientes de aposentadoria, pagos a maiores de sessenta e cinco anos de idade.
- a) F, V, F, V, V
 - b) V, V, F, F, V
 - c) V, V, F, F, F
 - d) V, F, V, V, F
 - e) F, V, F, F, F

34- Assinale as proposições abaixo com **F** para falsa ou **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a seqüência correta.

- () As pessoas jurídicas devem apresentar, anualmente e exclusivamente por meio magnético, declaração contendo informações sobre o imposto de renda.
- () As pessoas físicas devem apresentar anualmente declaração de rendimentos para determinar o saldo do imposto a pagar ou a ser restituído, estando desobrigadas as que tenham auferido exclusivamente rendimentos que tenham sido tributados na fonte.
- () As pessoas jurídicas devem apurar anualmente o imposto de renda, podendo optar por fazê-lo sobre o lucro real, presumido ou arbitrado.

- a) V, F, V
- b) F, V, V
- c) V, F, F
- d) V, V, F
- e) F, F, V

35- Assinale as proposições abaixo com **F** para falsa ou **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a seqüência correta.

- () A pessoa física que receber, de outras pessoas físicas, rendimentos que não tenham sido tributados na fonte no País, deve pagar mensalmente o imposto sobre os rendimentos percebidos no mês, calculado segundo a tabela progressiva.
- () Para fins de apuração do imposto a pagar ou a restituir, na declaração anual de ajuste, as pessoas físicas podem deduzir, do imposto calculado com base na tabela progressiva, o imposto retido na fonte e o pago no curso do ano-calendário, correspondentes aos rendimentos incluídos na base de cálculo.
- () Para efeito de apuração do saldo do imposto a pagar ou a ser restituído, relativamente aos rendimentos percebidos no ano-calendário pelas pessoas físicas, são admitidas algumas deduções a título de incentivo fiscal, entre elas as contribuições e doações feitas a entidades filantrópicas de assistência social.

- a) F, V, V
- b) V, V, F
- c) V, F, V
- d) F, F, V
- e) V, V, V

36- Assinale as proposições abaixo com **F** para falsa ou **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a seqüência correta.

- () Na determinação da base de cálculo sujeita à incidência mensal do imposto de renda das pessoas físicas, poderão ser deduzidas as contribuições para a Previdência Social da União.
- () Na determinação da base de cálculo sujeita à incidência mensal do imposto de renda das pessoas físicas, poderão ser deduzidas as importâncias pagas em cumprimento de decisão judicial, a título de pensão alimentícia, em face das normas do Direito de Família.
- () Na determinação da base de cálculo sujeita à incidência mensal do imposto de renda das pessoas físicas, poderão ser deduzidos os pagamentos a título de despesas médicas com o contribuinte e seus dependentes.

- () Na determinação da base de cálculo sujeita à incidência mensal do imposto de renda das pessoas físicas poderão ser deduzidos os pagamentos efetuados a estabelecimentos de ensino relativamente à educação pré-escolar, de 1º, 2º e 3º graus feitos com o contribuinte e seus dependentes.

- a) V, F, V, F
- b) V, V, V, F
- c) F, F, V, V
- d) V, V, F, F
- e) F, V, V, V

LEGISLAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADAS PELA SRF

37- Em relação à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide), é incorreto afirmar que

- a) as operações de importação e de comercialização no mercado interno de querosene de aviação constituem fatos geradores da Cide.
- b) o formulador de combustível líquido, derivados de petróleo e derivados de gás natural é contribuinte da Cide.
- c) a base de cálculo da Cide, na comercialização no mercado interno, é o valor da operação de que decorrer a saída, do estabelecimento do contribuinte, de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível.
- d) a Cide não incide sobre as receitas de exportação, para o exterior, de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível.
- e) é responsável solidário pela Cide o adquirente de mercadoria de procedência estrangeira, no caso de importação realizada por sua conta e ordem, por intermédio de pessoa jurídica importadora.

38- Avalie o acerto das afirmações adiante e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a opção correta.

() No caso de pessoas jurídicas incluídas no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), cabe à Secretaria da Receita Federal a administração das contribuições sociais para a seguridade social, a cargo das referidas pessoas jurídicas, relativas à remuneração por elas paga ou creditada aos segurados a seu serviço.

() Não se admite a incidência da contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira (CPMF), nos termos de disposição constitucional transitória, sobre operações com ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.

() As contribuições sociais para a seguridade social, incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos, o lucro, o faturamento ou a receita de pessoas jurídicas, previstas no art. 195 da Constituição Federal, são administradas pela Secretaria da Receita Federal.

- a) F, F, V
- b) V, F, F
- c) V, V, F
- d) F, V, V
- e) V, F, V

39- **▪** Na determinação da base de cálculo da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da contribuição social para financiamento da seguridade social, conhecida pela sigla COFINS, é permitida a dedução das despesas de captação de recursos incorridas pelas pessoas jurídicas que tenham por objeto a securitização de créditos financeiros, se observada a regulamentação editada pelo Conselho Monetário Nacional?

▪ No caso de pessoa jurídica submetida ao regime da não-cumulatividade na cobrança da contribuição para o PIS, de que trata a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, o crédito por ela não aproveitado em determinado mês poderá sê-lo nos meses subsequentes?

▪ É vedado às pessoas jurídicas deduzir do lucro líquido, na determinação da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as despesas operacionais relativas aos dispêndios realizados com desenvolvimento de inovação tecnológica de produtos?

- a) Sim, não, sim
- b) Sim, sim, não
- c) Não, não, sim
- d) Não, sim, não
- e) Não, não, não

40- A assertiva errada, entre as constantes abaixo, é a que afirma que:

a) e permitido às entidades fechadas de previdência complementar excluir da base de cálculo da contribuição social para financiamento da seguridade social, conhecida pela sigla COFINS, a receita resultante da venda de bens imóveis, destinada ao pagamento de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e resgates.

b) as sociedades cooperativas não estão submetidas ao regime da não-cumulatividade na cobrança da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), estabelecido na Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002.

c) a contribuição para o PIS, devida por pessoa jurídica submetida ao regime da não-cumulatividade de que trata a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, tem como fato gerador o faturamento mensal, assim entendido o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil.

d) as receitas não operacionais decorrentes da venda de ativo imobilizado integram a base de cálculo da contribuição para o PIS, no caso de pessoa jurídica submetida ao regime da não-cumulatividade na cobrança da contribuição, de que trata a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002.

e) para efeito de apuração da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), poderá ser deduzido o valor das provisões técnicas das operadoras de planos de assistência à saúde, cuja constituição é exigida pela legislação especial a elas aplicável.

DIREITO:

CONSTITUCIONAL

41- Considerando os princípios fundamentais da Constituição de 1988, julgue as ações governamentais referidas abaixo e assinale a opção correta.

- I. Permissão dada a Nações estrangeiras para que colaborem com a proteção do meio ambiente por meio de unidades policiais alienígenas espalhadas em áreas como a Amazônia, patrimônio natural mundial da humanidade.
- II. Proposta de legislação que permita a escravidão no Brasil de indígenas perigosos condenados pela Justiça.
- III. Ações administrativas que promovam a conscientização política de todos os brasileiros.
- IV. Proposta de legislação complementar para a existência de um único partido político no Brasil.

- a) Todas estão incorretas.
- b) Somente III está correta.
- c) II e IV estão corretas.
- d) I e II estão corretas.
- e) III e IV estão corretas.

42- Com relação aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, assinale a opção correta relativa a normas-regras que não contradizem os enunciados-principiológicos da Constituição Federal.

- a) Incentivar o acúmulo de capitais nas mãos dos proprietários dos meios de produção para garantir o desenvolvimento nacional.
- b) Permitir o acesso dos cidadãos da região do Piauí e de Pernambuco aos cargos públicos para redução das desigualdades regionais.
- c) Estabelecer mecanismos tributários de justiça social para construção de uma sociedade justa e solidária.
- d) Facilitar nas corporações militares só o acesso a pessoas da raça negra, que possuem biologicamente organismos mais resistentes às intempéries do clima brasileiro.
- e) Combater a fome no Brasil privilegiando as mães e esposas, tendo em vista reduzir as desigualdades materiais na relação familiar e conjugal.

43- Assinale a opção correta, a respeito das relações internacionais do Brasil com os outros países à luz da Constituição Federal de 1988.

- a) Repúdio à violação aos direitos humanos para com países nos quais o Brasil não mantenha relações comerciais.
- b) Apoio a guerra, quando declarada para a proteção de direitos humanitários desrespeitados por determinadas autoridades de determinados países.
- c) Busca de soluções bélicas em repúdio ao terrorismo.
- d) Interferência na escolha de dirigentes de outras Nações que sejam vinculados a grupos racistas.
- e) Colaboração como árbitro internacional na busca de solução pacífica de conflitos.

44- Assinale a opção correta, entre as assertivas abaixo relacionadas às garantias dos direitos fundamentais:

- a) Menor de dezesseis anos pode propor ação popular para anular ato lesivo à proteção do meio ambiente.
- b) O *habeas data* pode ser impetrado para proteção de direito líquido e certo.
- c) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*.
- d) Não há possibilidade constitucional de impetração de *habeas corpus* preventivo nem de *habeas corpus* contra ato praticado por particular.
- e) O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita a todos os brasileiros residentes no Brasil.

45- Assinale a opção correta entre as assertivas abaixo relativas aos direitos eleitorais e à nacionalidade:

- a) Um determinado cidadão brasileiro pode ter o direito de votar e não ter o de ser votado.
- b) O brasileiro nato sempre poderá exercer o direito ao sufrágio.
- c) Basta ter nacionalidade brasileira para ter o direito de ser votado.
- d) Todo brasileiro nato é cidadão passível de exercício do poder de votar e de ser votado.
- e) Os conscritos podem votar.

46- Assinale a opção correta com relação aos direitos sociais.

- a) Seguro-desemprego a ser concedido em qualquer caso por tempo determinado.
- b) Fundo de garantia por tempo de serviço a ser fornecido a todos os trabalhadores brasileiros públicos e privados.
- c) Remuneração do trabalho noturno igual à do diurno.
- d) Proteção em face da automação, na forma da lei.
- e) Salário-família pago a todos os empregados urbanos e rurais.

47- Assinale a opção que não efetiva no federalismo brasileiro a participação do Estado-Membro na ordem jurídica nacional.

- a) Participação no Senado Federal.
- b) Propositura da Ação Declaratória de Constitucionalidade.
- c) Propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- d) Participação na divisão dos impostos federais.
- e) Participação nos Conselhos da Seguridade Social.

48- Assinale a opção que constitui competência exclusiva da União para legislar sobre:

- a) Proteção ao meio ambiente.
- b) Direito econômico.
- c) Educação.
- d) Proteção à infância e à juventude.
- e) Registros públicos.

49- Assinale a opção que não constitui competência administrativa de todos os entes da federação.

- a) Preservar a fauna.
- b) Cuidar da saúde.
- c) Fiscalizar a exploração de recursos hídricos.
- d) Fiscalizar as instalações nucleares.
- e) Impedir a destruição de obras de arte.

50- Assinale a opção correta, entre as assertivas abaixo, relativa aos Municípios.

- a) O Município é unidade integrante da federação brasileira, possuindo auto-governo, auto-organização e auto-administração.
- b) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em um turno.
- c) O número de Vereadores é proporcional sempre à população do Município.
- d) O Distrito Federal equipara-se, em termos de competências, a um Município.
- e) Compete ao Município legislar sobre assuntos regionais.

ADMINISTRATIVO

51- No conceito de Direito Administrativo, pode-se entender ser ele um conjunto harmonioso de normas e princípios, que regem relações entre órgãos públicos, seus servidores e administrados, no concernente às atividades estatais, mas não compreendendo

- a) a administração do patrimônio público.
- b) a regência de atividades contenciosas.
- c) nenhuma forma de intervenção na propriedade privada.
- d) o regime disciplinar dos servidores públicos.
- e) qualquer atividade de caráter normativo.

52- Entre outras, integram a Administração Pública Federal Indireta, também, as seguintes entidades, dotadas de personalidade jurídica de direito privado:

- a) as autarquias, organizações sociais e sociedades de economia mista.
- b) os serviços sociais autônomos (SENAI, SENAC etc) e as concessionárias de serviços públicos.
- c) os serviços sociais autônomos e as agências reguladoras.
- d) as empresas públicas e sociedades de economia mista.
- e) as fundações e organizações não governamentais.

- 53- O ato de autoridade administrativa que aplica uma penalidade de advertência a servidor seu subordinado, pela inobservância de um determinado dever funcional, estará contido no contexto, particularmente, do exercício regular de seu poder
- discricionário e de polícia.
 - discricionário e de império.
 - disciplinar e hierárquico.
 - regulamentar e de polícia.
 - vinculado e de gestão.
- 54- Entre os elementos sempre essenciais à validade dos atos administrativos, destaca-se um deles que se refere, propriamente, à observância do princípio fundamental da impessoalidade, pelo qual deve atender ao interesse público, sintetizado no termo
- competência
 - legalidade
 - forma
 - motivação
 - finalidade
- 55- No âmbito da Administração Pública Federal, o ato administrativo, quando eivado de vício insanável de legalidade do qual tenha gerado efeitos patrimoniais, para terceiros de boa-fé,
- só pode ser anulado, administrativamente, no prazo decadencial de cinco anos.
 - pode ser anulado, a qualquer tempo, com eficácia *ex nunc* (doravante), desde que respeitados os direitos adquiridos.
 - não pode ser anulado, sequer por decisão judicial.
 - só por decisão judicial é que pode vir a ser reformado.
 - torna-se irreversível, em razão da presunção de legalidade e da segurança jurídica.
- 56- Conforme previsão expressa na Lei nº 8.666/93, quando caracterizada a inviabilidade de competição, para a contratação de determinado serviço específico, a licitação será considerada
- dispensável
 - facultativa
 - inexigível
 - obrigatória
 - proibida
- 57- As normas gerais, relativas a contratos administrativos, contidas na Lei nº 8.666/93, assim como as prerrogativas conferidas à Administração, em razão do seu regime jurídico, aplicam-se aos de seguro, de financiamento e de locação (em que o Poder Público seja locatário), no que couber.
- Correta a assertiva.
 - Incorreta a assertiva, porque esses contratos, desde que a Administração seja parte, são todos e por inteiro regidos pela Lei nº 8.666/93.
 - Incorreta a assertiva, porque esses contratos, mesmo tendo a Administração como parte, são todos regidos, exclusivamente, pelas normas de direito privado.
 - incorreta a assertiva, porque desses contratos só os de locação são regidos pela Lei nº 8.666/93, pois os de seguro e financiamento subordinam-se, inteiramente, às normas de direito civil.
 - Incorreta a assertiva, porque o regime jurídico da Lei nº 8.666/93 só se aplica aos contratos em que a Administração for parte contratante, e não nesses casos indicados.
- 58- A forma de prover cargo público da União, prevista na Lei nº 8.112/90, originariamente, mas que se considera inconstitucional, pela preterição de concurso público, é a
- promoção
 - recondução
 - reversão
 - reintegração
 - redistribuição
- 59- As pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros,
- ainda que haja comprovada culpa exclusiva do paciente.
 - assegurado o direito de regresso, quando couber.
 - contra os quais cabe ação regressiva, independente de haver culpa ou dolo deles (agentes).
 - mas só nos casos de comprovada culpa deles (agentes).
 - salvo nos casos de comprovada culpa pessoal do agente, em que ele responde, diretamente, pelas conseqüências dos danos causados.

60- Em tema de controle externo, no âmbito da Administração Pública Federal, a competência constitucional para julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por bens, dinheiros ou valores públicos, é

- a) do Tribunal de Contas local, recorrível ao Tribunal de Contas da União.
- b) do Tribunal de Contas da União, recorrível ao Supremo Tribunal Federal.
- c) do Tribunal de Contas da União, recorrível ao Congresso Nacional.
- d) própria e privativa do Tribunal de Contas da União.
- e) própria e privativa do Congresso Nacional.

ORGANIZAÇÃO BÁSICA E FUNCIONAMENTO DO MF E DA SRF

61- Coordenar, consolidar e submeter ao Ministro de Estado o plano de ação global do Ministério da Fazenda é incumbência do:

- a) Procurador-Geral da Fazenda Nacional.
- b) Secretário da Receita Federal.
- c) Secretário Executivo.
- d) Secretário de Assuntos Internacionais.
- e) Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração.

62- Moeda, _____, instituições financeiras, _____, poupança popular, _____ e previdência privada aberta são assuntos da área de competência do Ministério da Fazenda.

As lacunas acima são corretamente preenchidas, respectivamente, com as seguintes palavras e/ou expressões:

- a) produção
comercialização
fiscalização de insumos
- b) crédito
pesquisa tecnológica
propriedade intelectual
- c) capitalização
previdência social
cooperação internacional
- d) crédito
capitalização
seguros privados

- e) assistência social
seguros privados
previdência complementar

63- São autarquias vinculadas ao Ministério da Fazenda:

- a) Superintendência de Seguros Privados e Caixa Econômica Federal
- b) Banco Central do Brasil e Superintendência de Seguros Privados
- c) Comissão de Valores Mobiliários e Empresa Gestora de Ativos
- d) Banco Central do Brasil e Serviço Federal de Processamento de Dados
- e) Banco da Amazônia e Banco Central do Brasil

64- Coloque **V** nas afirmativas verdadeiras e **F** nas falsas e assinale a opção correspondente:

- () Os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério da Fazenda são aprovados pelo Presidente da República.
- () Os Bancos dos Estados do Ceará S.A., Piauí S.A., Maranhão S.A. e de Santa Catarina S.A. são sociedades de economia mista vinculadas ao Ministério da Fazenda.
- () Desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil, no âmbito do Ministério da Fazenda, é competência da Secretaria do Tesouro Nacional.
- () Promover a formação e o aperfeiçoamento técnico-profissional dos servidores do Ministério da Fazenda é competência da Escola de Administração Fazendária.
- () Acompanhar as negociações econômicas e financeiras com governos e entidades estrangeiras ou internacionais é competência da Secretaria de Política Econômica.

- a) F, V, F, F, V
- b) F, F, V, V, F
- c) V, V, F, V, F
- d) F, F, V, V, V
- e) F, V, F, V, F

65- Coloque **V** nas afirmativas verdadeiras, **F** nas falsas e assinale a opção correspondente:

- () O Primeiro Conselho de Contribuintes tem na sua composição um Conselho Pleno, oito Câmaras e uma Secretaria-Executiva.
- () Os representantes da Fazenda Nacional devem ter, no mínimo, cinco anos de exercício no cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal e, de preferência, experiência no preparo e julgamento de processos fiscais.
- () Cessa o mandato de Conselheiro na data da aposentadoria do servidor representante da Fazenda Nacional, salvo se tiver exercendo cargo de Direção e Assessoramento Superior em qualquer um dos Conselhos.

- a) As três afirmativas são verdadeiras.
- b) As três afirmativas são falsas.
- c) É verdadeira apenas a primeira afirmativa.
- d) É verdadeira apenas a última afirmativa.
- e) É verdadeira apenas a segunda afirmativa.

66- Os Estados que compõem a 4ª Região Fiscal da Secretaria da Receita Federal são:

- a) Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Sergipe
- b) Bahia, Sergipe, Piauí e Maranhão
- c) Rio de Janeiro e São Paulo
- d) Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte
- e) Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina

67- Realizar estudos econômicos no que se refere à matéria tributária e aduaneira é competência da:

- a) Coordenação-Geral de Política Tributária
- b) Coordenação-Geral de Administração Aduaneira
- c) Coordenação-Geral de Programação e Logística
- d) Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação
- e) Coordenação-Geral de Fiscalização

68- **▪** A estrutura da Secretaria da Receita Federal é composta de Unidades Centrais e Descentralizadas.

▪ Dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar as atividades relacionadas com nomenclatura, classificação fiscal e origem de mercadorias, inclusive representando o País em reuniões internacionais sobre a matéria é uma das finalidades da Secretaria da Receita Federal.

▪ A Secretaria da Receita Federal é órgão específico singular diretamente subordinado ao Presidente da República.

- a) As três assertivas são verdadeiras.
- b) As três assertivas são falsas.
- c) É falsa apenas a última assertiva.
- d) São falsas a primeira e a última assertiva.
- e) É verdadeira apenas a primeira assertiva.

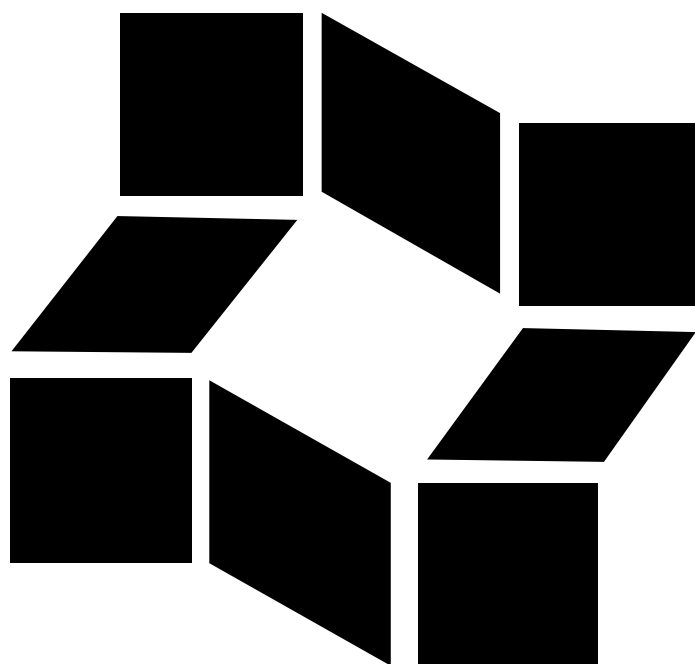
69- As delegacias da Receita Federal - DRF são classificadas em A, B, C e D. Classifique as abaixo relacionadas e assinale a opção correspondente.

- () DRF/Belém-PA
- () DRF/Campinas-SP
- () DRF/Goiânia-GO
- () DRF/Campina Grande-PB
- () DRF/Brasília-DF

- a) C, C, D, D, A
- b) A, B, B, C, D
- c) B, D, C, D, A
- d) A, B, C, D, A
- e) B, B, C, D, A

70- Assinale a opção que não é competência da Coordenação-Geral de Tributação.

- a) interpretar a legislação tributária e correlata.
- b) realizar estudos para subsidiar a elaboração e a avaliação de anteprojetos de legislação tributária, quanto aos efeitos sobre a arrecadação e a economia em geral.
- c) expedir orientação normativa destinada a uniformizar a interpretação da legislação tributária.
- d) apreciar as propostas de instituição, modificação e extinção de isenções ou reduções de tributos, de isenções fiscais e de regimes especiais de tributação.
- e) planejar, coordenar, orientar, supervisionar, controlar e avaliar as atividades de tributação.



ESAF